

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A REDE XIQUE-XIQUE COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO TERRITORIAL E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

***SOLIDARITY ECONOMY IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID: THE XIQUE-XIQUE NETWORK AS A
TERRITORIAL REPRODUCTION AND ENVIRONMENTAL PRESERVATION STRATEGY***
***ECONOMÍA SOLIDARIA EN EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO: LA RED XIQUE-XIQUE COMO
ESTRATEGIA DE REPRODUCCIÓN TERRITORIAL Y PRESERVACIÓN AMBIENTAL***

<https://doi.org/10.26895/geosaberes.v15i0.1263>

Sandra Priscila Alves ¹
Marysol Dantas de Medeiros ^{2*}

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – UFRN, Campus Universitário. Av. Senador Salgado Filho, 3000 – BR101 km, 92, Lagoa Nova, CEP: 59078-970, Natal (RN), Brasil, sandraufrn@gmail.com
<http://orcid.org/0009-0000-9744-0966>

² Pós-doutoranda do Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (UFC). Campus do Pici, Bloco 902, CEP: 60440-554, Fortaleza (CE), Brasil, marysol.dantas@gmail.com,
<http://orcid.org/0000-0001-6055-170X>

*Autor correspondente

Histórico do Artigo:
Recebido em 10 de Novembro de 2023.
Aceito em 07 de Março de 2024.
Publicado em 25 de Março de 2024.

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a materialização da rede Xique-Xique enquanto Empreendimento de Economia Solidária (EES) no território do Rio Grande do Norte. O artigo buscou identificar em que medida a rede tem se expandido, criado materialidades, ações e desenvolvido sua produção agropecuária sob bases agroecológicas. Por meio de procedimentos metodológicos, como o levantamento bibliográfico e a aplicação de questionário compreendemos que desde a criação da rede, a mesma tem aumentado sua espacialização pelo semiárido potiguar agregando um número expressivo de agentes entre associados, produtores, consumidores, pontos de venda e as feiras agroecológicas, ao passo que tem conseguido consolidar os princípios da Economia Solidária, atuando como uma alternativa dos agricultores familiares frente os processos da agricultura hegemônica.

Palavras-chave: Região semiárida. Rede Xique-Xique. Economia Solidária. Agroecologia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the materialization of the Xique-Xique network as a Solidarity Economy Enterprise (EES) in the territory of Rio Grande do Norte. The article sought to identify to what extent the network has expanded, created materialities, actions and developed its agricultural production under agroecological bases. Through methodological procedures, such as the bibliographic survey and the application of a questionnaire, we understand that since the creation of the network, it has increased its spatialization in the semi-arid Potiguar region, aggregating a significant number of agents among members, producers, consumers, points of sale and the agroecological fairs, while it has managed to consolidate the principles of Solidarity Economy, acting as an alternative for family farmers in the face of hegemonic agriculture processes.

Keywords: Semiarid region. Xique-Xique Network. Solidarity economy. Agroecology.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la materialización de la red Xique-Xique como Empresa de Economía Solidaria (EES) en el territorio de Rio Grande do Norte. El artículo buscó identificar en qué medida la red se ha expandido, creado

materialidades, acciones y desarrollado su producción agrícola bajo bases agroecológicas. Mediante procedimientos metodológicos, como la encuesta bibliográfica y la aplicación de un cuestionario, entendemos que desde la creación de la red, ha aumentado su espacialización en la región semiárida de Potiguar, agregando un número significativo de agentes entre miembros, productores, consumidores, puntos de venta y las ferias agroecológicas, al tiempo que ha logrado consolidar los principios de la Economía Solidaria, actuando como una alternativa para los agricultores familiares frente a los procesos agrícolas hegemónicos.

Palabras clave: Región semiárida. Red Xique-Xique. Economía solidaria. Agroecología.

INTRODUÇÃO

No contexto atual do processo de globalização o modo de produção capitalista e suas engrenagens tem se capilarizado de modo cada vez mais veloz pelo espaço geográfico, submetendo a produção e consumo dos lugares aos ditames do atual sistema produtivo. Essa dinâmica permeada pelo desenvolvimento de novas tecnologias possibilitou a mundialização dos mercados e tem ditado a dinâmica civilizatória mundial.

Em um processo que tem se desenvolvido de forma excludente, com forte luta competitiva e busca de inserção produtiva no comércio mundial “as palavras da moda viram ‘produtividade’ e ‘competitividade’” (DINIZ, 2000, p. 9).

A expansão capitalista que durante os períodos anteriores foi estruturada tendo a concorrência como regra, atualmente assume a competitividade como substitutivo da competição. Esse dado do período atual é entendido por Santos (2001), quando pondera que “A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar” (SANTOS, 2001).

Assim, os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação.

Em meio aos processos de fragmentação geográfica e o aprofundamento da desigualdade social e socioespacial, tem se desenvolvido, de forma cada vez mais expressiva no território brasileiro, relações econômicas baseadas nos princípios da economia solidária. Na região semiárida potiguar, a Rede Xique-xique (RXX) tem se destacado de modo relevante por ter a premissa de apoiar projetos de reprodução econômica e desenvolvimento social, por meio dos princípios da agroecologia e do feminismo.

A aplicabilidade dos princípios da economia solidária tem apresentado resultados expressivos e respaldado novas experiências de processos produtivos em vários países do mundo. Segundo o Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil (2013), cerca de 1,4 milhão de pessoas integrava os empreendimentos econômicos solidários (EES), como trabalhadores, consumidores ou usuários de seus bens e serviços.

Em 2019, ao mesmo tempo em que o Brasil vinha apresentando índices crescentes de desemprego e pauperização, a economia solidária movimentou cerca de R\$ 12 bilhões ao ano, tendo mais de 20 mil empreendimentos cadastrados pelo território, estruturados sob as bases da solidariedade, igualdade e autogestão.

Nas áreas rurais estão instalados 55% do total dos Empreendimentos Econômicos Solidários do país e, a região Nordeste, contém o maior percentual dessas experiências, concentrando 41% dos EES (GAIGER & KUIVEN, 2019). Esses números vão ao encontro de duas questões relevantes para a dinâmica territorial brasileira, principalmente na região semiárida: a expressiva concentração de terras e da pobreza no meio rural. Além disso, uma questão relevante é o fato de que políticas agrícolas têm sido planejadas e implementadas de modo a favorecer e impor o modelo agroexportador no território nacional (ALMEIDA, 2020, P. 69), com o cultivo de monoculturas e o uso intensivo de agrotóxicos.

Estas situações têm se desdobrado em uma série de problemas ambientais, a exemplo do rápido avanço sobre biomas do território brasileiro, desertificação, perda de biodiversidade, erosão, poluição do solo e das águas e uma série de conflitos entre empresários e as comunidades locais.

Como saída às práticas agrícolas hegemônicas no território brasileiro, algumas parcelas dos empreendimentos de economia solidária desenvolvidos no campo têm se estruturado sob os princípios da abordagem agroecológica.

Essa perspectiva busca desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004, p. 23), objetivando a adoção de um padrão tecnológico e social que não use de forma predatória os recursos provenientes do ambiente.

Na região semiárida acreditar e experienciar atividades econômicas agroecológicas adquire relevância expressiva, na medida em que o uso errôneo dos recursos naturais tem atingido níveis críticos e tem estado relacionada a problemáticas como o uso intensivo de lenha e madeira por atividades econômicas, o pasteio intensivo de animais, o barramento, poluição e assoreamento de rios e o manejo inadequado de práticas agrícolas.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva analisar em que medida os princípios da economia solidária e da agroecologia tem se materializado e possibilitado a expansão e o desenvolvimento da Rede Xique-xique, que possui sede no município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e mantém associados, produtores, pontos de venda e consumidores em diversos municípios do estado.

O trabalho busca investigar os principais atores e comunidades que compõe a Rede Xique-Xique, compreender o processo de produção e comercialização dos produtos da Rede dentro da perspectiva agroecológica e entender a importância da RXX a perspectiva do desenvolvimento social do semiárido potiguar.

Com fins de operacionalizar os objetivos propostos na pesquisa, inicialmente, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre o recorte temático, teórico e empírico da pesquisa, além do levantamento de dados cartográficos.

Foram pesquisados também dados secundários relacionados à economia solidária e atividade da rede Xique-xique. Posteriormente, foram produzidos dados primários, com a aplicação de questionários direcionados a coordenadora da rede Xique-xique, Francisca Eliane. Os questionários versaram sobre a espacialização do EES, a estruturação e os agentes que compõem a rede, o cultivo a partir da prática agroecológica, a relação existente entre o Estado e a Rede, além das principais dificuldades enfrentadas pela Xique-xique. O questionário foi enviado e respondido no período de julho de 2021.

A REGIÃO SEMIÁRIDA: FORMAÇÃO PRETÉRITA E PROBLEMÁTICAS ATUAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO

Uma junção de fatores físicos e socioespaciais explicam a região semiárida brasileira. A constituição da mesma enquanto porção individualizada, especificada do espaço geográfico foi criada mediante acumulações e substituições de pedaços de tempos materializados em objetos e ações, inclusos na paisagem em cada período histórico, desde a colonização do território brasileiro. São complexas as motivações acerca da formação e uso desse subespaço.

A economia pecuarista não teve maior expressão econômica ou demográfica (OLIVEIRA, 1993, p. 45), porém foi o primeiro evento a utilizar os recursos provenientes do bioma caatinga como insumo de uma atividade produtiva. O gado era alimentando unicamente pelas espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas existentes na caatinga, era criado

livremente e os cursos de água perene eram fatores de localização, o que possibilitou o surgimento dos núcleos de ocupação humana.

Mas as relações de uso do território semiárido começaram a ser redefinidas completamente a partir de outra atividade produtiva, o algodão, pois “O Nordeste agrário não-açucareiro se converteu em um grande algodão (...). Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio (...)” (OLIVEIRA, 1993, p. 47). O plantio e beneficiamento do produto constituiu-se em um dos principais pilares da economia semiárida durante o século XIX, principalmente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que fez uso extenso do solo em grandes áreas planas da depressão sertaneja.

No Rio Grande do Norte, o desenvolvimento da atividade algodoeira se desenvolveu no interior das grandes fazendas pecuaristas, pois ao fim das colheitas o gado era solto para pastar com o restolho do algodão, o que foi denominado de economia do binômio gado-algodão. Além disso, a cultura do algodão permitia o consórcio com outras culturas alimentares, e proporcionou a categoria de trabalhadores livres assalariados. Desse modo, a estrutura agrária dos latifúndios marcou profundamente os usos dos territórios potiguaras, ao passo que os mesmos eram permeados por uma agricultura de subsistência, pertencentes ao trabalhador livre proprietário, ou ao trabalhador morador de terras de outros (RODRIGUES, 2016, p. 42).

Em seu artigo “Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida” (AB’SABER, 1999) afirmou que, isoladamente, o conhecimento das bases físicas e ecológicas da região semiárida não tinham força para explicar as razões do grande drama das populações que lá habitam. Mas que, análises das condicionantes do meio natural constituíam um precedente decisivo para explicar os motivos basilares de uma problemática que consiste em uma intersecção de fatos físicos, ecológicos e sociais. O autor ponderou que:

Nenhuma solução ou feixe de soluções dirigidas para a resolução dos problemas do Nordeste brasileiro poderá abstrair o comportamento do seu meio ambiente, inclusive no que diz respeito à fisiologia da paisagem, aos tipos de tecidos ecológicos e à utilização adequada dos escassos recursos hídricos disponíveis. (AB’SABER, 1999, p. 7/8).

A essa situação geográfica presente na região semiárida por séculos, nas últimas quatro décadas foram acrescentados novos elementos e conteúdo. A agricultura brasileira vem passando por transformações intensas desde a década de 1970. Novas estruturas e ações foram incorporadas ao campo brasileiro, que passou a estar inserido em uma lógica global de acumulação. Com o paradigma mundial da chamada Revolução Verde, o uso crescente de produtos químicos, modificações genéticas de plantas e animais, bem como o crescimento do emprego de tecnologias científicas, aumentaram de maneira expressiva os índices de produtividade no campo e o lucro dos agropecuaristas.

Estas transformações estiveram permeadas por um discurso em nível mundial. Justificativas que estiveram pautadas “(...) na necessidade de ampliação de alimento, de energia e de matérias primas, para resolver o problema da fome no mundo, da escassez, de fontes energéticas ‘limpas’, geração de emprego e renda” (LOCATEL, 2012 [s/p]).

O processo de tecnificação agrícola foi implementado no Brasil sem a formulação de estratégias territoriais que viabilizassem a ampla distribuição desses recursos por todo o meio rural brasileiro. Conforme Lima (2016), prática de tecnificação da agricultura no Brasil é essencialmente marcada por mecanismos que se desdobraram na marginalização a qual estão submetidos os agricultores familiares.

O Rio Grande do Norte, em uma escala nacional de tecnificação agrícola, apresenta níveis técnicos pouco expressivos e pouco elevados (LIMA, 2016). Mesmo assim, a agricultura no estado passou por mudanças evidenciadas pelo aumento do consumo produtivo

inerentes a uma agricultura científica globalizada. No entanto, no estado, o aumento da densidade de sistemas de engenharia agrícola tem contribuído para a ampliação das desigualdades territoriais, pois “Houve uma implantação técnica seletiva e desigual espaço/temporalmente, que privilegia áreas específicas do estado, como o Vale do Açu e o litoral Oriental” (LIMA, 2016).

As mudanças na base agrícola durante o século XX no território brasileiro, com a territorialização de uma agricultura científica globalizada (SANTOS E SILVEIRA, 2001) subjugaram o trabalhador a esse novo padrão tecnológico, segundo Augusto (2003), importado e inadequado aos ambientes e à cultura agrícola principalmente as tradicionalmente desenvolvidas no Nordeste.

No período de 1970 foi implantado o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Essa norma determinou a introdução de agrotóxicos em uma enorme velocidade e de forma desregulamentada, e no Nordeste, essa situação foi muito mais grave pelas condições socioeconômicas e ambientais da região.

Augusto (2003) analisa que as aplicações intensivas de agrotóxicos e fertilizantes em solos agriculturáveis, junto com as precipitações intensas, concentradas em algumas épocas do ano, ou pela irrigação, provocam forte escoamento superficial, contaminando, assim, os recursos hídricos disponíveis.

Assim, no Rio Grande do Norte, conforme ressalta Lima (2016), há um processo de sucessão e coexistências entre práticas mecânicas e científicas agrícolas coexistindo no mesmo território. Áreas onde o agronegócio é absolutamente dependente de sistemas de engenharia, pesquisas científicas, adubos químicos e fertilizantes, e áreas que operam à margem do grande capital, com baixos índices de produtividade e dificuldades de distribuição e logística.

Os problemas decorrentes desse modelo agrícola têm provocado discussões, reações e movimentos de resistência e sobrevivência no campo a margem desse processo excludente, com a construção de redes que tentam introduzir a agricultura orgânica, o manejo integrado de pragas e a agroecologia.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ORGANIZAÇÃO DA REDE XIQUE-XIQUE

O conceito de economia solidária tem sido trabalhado de forma cada vez mais expressiva e respaldado novas experiências de processos produtivos em vários países do mundo. O economista Paul Singer definiu o conceito como outro modo de produção, nos quais a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual são os principais princípios. A aplicação destes passa a unir todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. “O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda” (SINGER, 2002, p. 10).

O mote da economia solidária é o princípio da paridade e solidariedade entre todos os atores que compõem os processos produtivos, bem como no relacionamento entre os empreendimentos em rede e entre produtores e consumidores. Nesse mesmo sentido, o Conselho Nacional de Economia Solidária, afirmou a mesma como o conjunto de atividades econômicas e seus elementos, a produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas e realizadas solidariamente sob a forma coletiva e autogestionária (MTE, 2010, p. 3). Assim, nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

No Brasil, um dos fatores que tem contribuído para que a economia solidária tenha conseguido alcançar experiências exitosas é o fato de que a agricultura familiar, segundo

dados do censo agropecuário (2017), ser o segmento social predominante no meio rural brasileiro, pois corresponde a 77% dos estabelecimentos rurais do país, e contraditoriamente ocupa apenas 23% da área total dos estabelecimentos rurais, ou seja, são de pequeno porte.

Mesmo assim, esse subsetor agrícola responde pela maioria absoluta das ocupações, empregando 67% da população, e pela produção da maior parte dos alimentos consumidos no mercado doméstico do Brasil. Esses pequenos agricultores são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. (IBGE, 2019). A maior parte destes estabelecimentos se encontra no Nordeste, Norte e em pontos da região Sul.

Tendo em vista que os agentes que compõem a agricultura familiar exercem um papel de extrema relevância para a soberania e segurança alimentar no Brasil, caminhos e organizações tem sido construídas dentro da lógica da formação de redes produtivas como uma estratégia de fortalecimento comunitário coletivo. O que vem se apresentando como um recurso importante para a população rural, especialmente no semiárido potiguar.

Neste contexto, a economia solidária tem se destacado como uma proposta viável de desenvolvimento alternativo à lógica dos grandes latifúndios, da monocultura, do uso intensivo de produtos químicos e do processo de comoditização da economia.

Foi nessa área de concentração dos EES, que nasceu no território potiguar em 1999, no assentamento Mulungunzinho, município de Mossoró, as ideias embrionárias da Rede Xique-Xique.

A partir da necessidade de geração de renda por meio de atividades rurais agrícolas, o grupo “Mulheres decididas a vencer” careciam se reproduzir economicamente por meio de processos produtivos que já conheciam e manejavam cotidianamente, sendo assim, e optaram pelo cultivo de hortaliças orgânicas.

Os entraves à comercialização da produção e a superação da lógica de exploração dos chamados “atravessadores” eram problemáticas que precisavam ser sanadas e, assim, foi criado por esses agentes o grupo “Parceiros e Parceiras da Terra (APT)”, onde produtoras e consumidores(as), e todo o processo de venda da produção era feito de forma direta (DANTAS, 2005).

Posteriormente, ainda conforme Dantas (2005), outros assentamentos rurais e espaços urbanos da mesorregião do Alto Oeste foram organizando grupos, majoritariamente formado por mulheres, que já produziam artefatos como o mel de abelha, castanha, artesanatos de palha e sementes, caprinocultura e derivados e hortifrúti. Estas organizações também enfrentavam problemas e entraves em comum para a comercialização de seus produtos. Nesse contexto, em 2004 foi criada a Rede Xique-Xique, em Mossoró, que buscava somar esforços conjuntos para que a produção familiar chegasse aos consumidores.

A Xique-Xique tornou-se rede quando cinquenta grupos, de oito municípios passaram a ser organizar coletivamente, incrementar e montar feiras. Outra ação importante foi a promoção de seminários de formação e articulação com outras redes. Conseguiram se inserir em processos de certificação participativa, e passaram a atuar na construção de novos núcleos e feiras agroecológicas semanais (DANTAS, 2005).

Assim, as instâncias da organização, produção e comercialização da rede é composta por agricultores assentados pela reforma agrária, localizados em diversos municípios do estado, pequenos camponeses que praticavam agricultura de subsistência ou mantinham pequenos empreendimentos de agricultura familiar e conseguiram se organizar de algum modo, e artesãos (LIMA, 2016; COORDENADORA DA REDE XIQUE-XIQUE, 2021), em resumo, trabalhadores que buscam unir esforços para criar espaços de produção que não estejam atrelados à lógica hegemônica dominante. Desse modo, a busca do fortalecimento dos movimentos sociais e produtores locais tornou-se uma premissa.

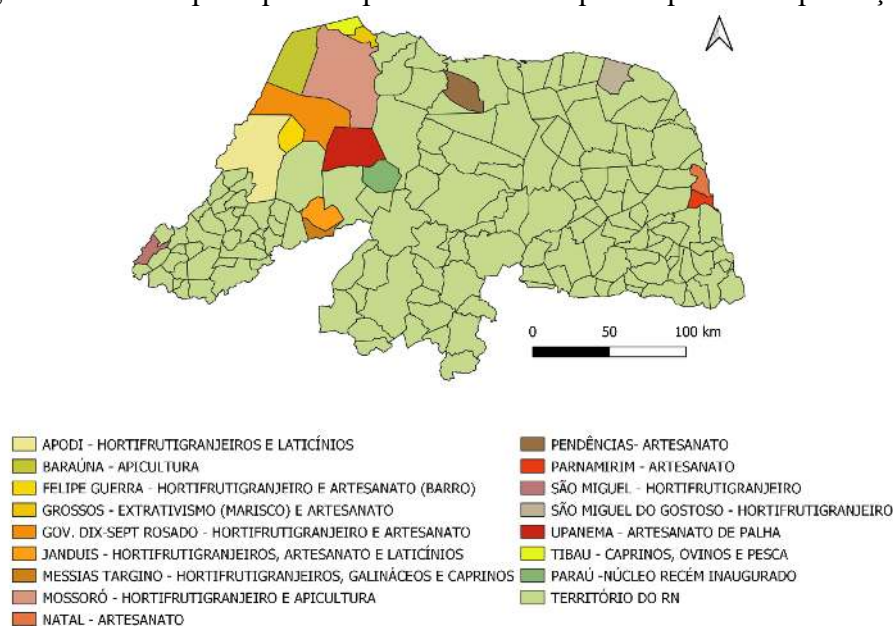
Uma das principais características da economia solidária é a autogestão dos empreendimentos ligados à rede, uma auto-organização que mantém ou cria postos de trabalho e renda. Segundo o IPEA (2004) “as autogestões nos EES preservam caracterizações das sociedades de pessoas, como as cooperativas, pois, estatutária ou contratualmente, preservam elementos de democracia e igualdade entre os trabalhadores associados” (IPEA, 2004, p. 39). Esse é um dos princípios da Xique-Xique.

Desse modo, para fornecer apoio aos seus agentes nesse processo, a mesma não contém uma sede oficial, física, mas foram estabelecidos dois entes jurídicos: a Associação de Comercialização Solidária Xique-Xique, fundada em 2004 e a Cooperativa de Comercialização Solidária Xique-Xique, a COOPERXIQUE, criada em 2011. Essa normatização respalda o fortalecimento da dinâmica organizativa, estrutura, comercialização, parcerias, convênios e o acesso às políticas públicas de apoio aos EES.

Quanto ao processo de gestão da própria rede, o mesmo é organizado por meio de instâncias de decisão, com um conselho gestor, um conselho diretor e os núcleos municipais, que tentam fortalecer o ambiente democrático e a deliberação coletiva. Essas estruturas existentes possibilitam e promovem a articulação em rede.

Atualmente as três instâncias que estão ligadas a Xique-Xique funcionam por meio de agentes que estão articulados em unidades familiares, grupos informais, cooperativas e associações. Segundo a Xique-Xique (2021), mais de quatrocentas pessoas estão envolvidas diretamente nas atividades e cerca de mil pessoas atuam indiretamente. Dezesseis municípios abrigam as ações da rede e estão espacializados no mapa abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Municípios que compõem a Rede Xique-Xique e suas produções



Fonte: elaboração das autoras com base nas informações de Félix (2019)

O município de Paraú foi o último a ser inserido na rede, em julho de 2021 e o núcleo fundado na cidade está se articulando para o lançamento da feira agroecológica e está planejando a produção junto aos agricultores, que passaram por processos de conhecimento acerca dos princípios da rede.

A COOPERXIQUE, segundo Felix (2019), foi criada para desenvolver as estratégias de inserção da produção dos agricultores no mercado, principalmente, através das feiras livres e dos mercados institucionais. Trata-se de um braço da Xique-Xique responsável pela comercialização.

Cada núcleo existente nos municípios que compõem a rede tem absoluto controle sobre sua produção e comercialização, ou seja, a arrecadação de tudo o que é vendido fica com o próprio trabalhador. Quando ocorrem as sobras, são divididas igualmente. De acordo com Felix (2019), A COOPERXIQUE conta com 61 cooperados e cooperadas e congrega os produtores, alguns com grande volume de produção, que conseguem superar o volume de produtos comercializados nas feiras de seus municípios e enviam a produção para a feira de Mossoró. A COOPERXIQUE, por sua vez é sócia da federação UNICAFES (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária). Mais informações sobre a COOPERXIQUE estão apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 – COOPERXIQUE: Síntese das informações da cooperativa

Principais Produtos	Mercados acessados	Nº de cooperados	Faturamento 2018	Desafios e Dificuldades
Hortifrutigranjeiros, castanha, arroz vermelho, mel e derivados	PAA, Pnae e feiras municipais e estaduais	61	Ganhos: R\$ 116.396,85	Logística e Agroindústria certificada
			Perdas: R\$ 10.471,11	Transporte e beneficiamento da produção com rotulagem contendo código de barras e valor nutricional

Fonte: Félix (2019).

Desde o início da composição da rede Xique-Xique os cooperados conseguiram expandir seu raio de atuação e, uma expressiva diversidade de produtos processados e *in natura*, atualmente, são comercializados nas feiras livres e nas feiras agroecológicas, na CECAFES (Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária), localizada em Natal e na bodega, localizada em Mossoró.

A bodega foi criada especificamente pela rede e disponibiliza os produtos produzidos pelos cooperados e associados da Xique-Xique. Além disso, alguns produtos de outra rede, a COOPERCUC (Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá), localizada na área do sertão baiano, também estão disponíveis para a venda. No quadro abaixo (Quadro 1) estão especificados os produtos postos à venda no *site* da bodega.

Quadro 1 - Produtos da rede Xique-Xique disponíveis para venda no site da bodega

Mel	Favo de mel, extrato de própolis, mel de abelha, mel em sachê, pomada de própolis e mel de caju
Bebidas	Cachaças, Kombucha de Ibisco com gengibre, Kombucha de limão e de limão com gengibre, Vinho de mesa branco, rosado e tinto suave, vinho de mesa bordô e vinho de mesa tinto suave fricante.
Carnes e frutos do mar	Atum em posta, bolinho de curimatã e de tilápia, carne de bode, filé de camarão, filé de tilápia com pele e sem pele, galinha caipira, marisco, ova de curimatã e sardinha.
Doces e geleias	Compota de laranja Kikan, doces cremosos de banana, caju, mangaba e tamarindo, doce cristalizado, doce de caju, doce de caju com ameixa, doce de goiaba em barras, doces de umbu em cubinhos, doce em massa de umbu com banana, doce orgânico de umbu em barra e em pote, geleia de acerola, caju, mangaba, geleia de umbu-cajá e kit geleia de umbu-maracujá.
Frutas	Bananas Prata, coco em pedaço, coco ralado, coco seco e verde, laranja, limão comum, limão desidratado, limão Taiti, melancia orgânica e manga Coité.
Grãos e cereais	Amendoim, café tradicional e superior, castanha assada, castanha do Pará, castanha <i>gourmet</i> em banda e inteira, castanha torrada inteira e em banda, curau de milho verde, farinha, fubá de gergelim, Gergelim branco e goma fresca.

Leite, ovos e derivados	Banha suína, leite, manteiga da terra, ovo caipira, queijo coalho, queijo ricota sem orégano e requeijão.
Molhos e condimentos	Açafrão em pó, azeite de Licuri, tempero Chimichurri sem e com pimenta, extrato e molho de tomate cereja, flor de sal temperado, óleo de coco do Brejo, tempero Ana Maria Braga, tempero Edu Guedes e Urucum.
Pães, bolos e biscoitos	Biscoito de aveia e cacau, biscoito de cacau, de castanha de caju, bolo de banana, batata, jerimum, leite e macaxeira, bolo fitness, Licuri caramelizada, Licuri com sal, pão de leite de cabra integral e normal.
Polpas de fruta	Polpas de cajarana, acerola, caju, manga, graviola e goiaba.
Verduras e hortaliças	Alface americana e crespa, batata cenoura, batata jerimum, batata doce, berinjela, cebolinha, cenoura, coentro, couve folha, espinafre, folha verde de laranja, jerimum caboclo e de leite, macaxeira com casca e sem casca, mastruz, pimenta e pimenta de cheiro, quiabo, rúcula, salsinha e tomate cereja.
Xaropes e ervas medicinais	Capim santo, cidreira, hortelã, hortelã menta, malva, moringa em pó, sabonete de alecrim, de aroeira, de café, de cenoura, de maracujá e de moringa, xarope de Angico, de cumaru, marangá de banana, de pega-pinto.

Fonte: organização da autora a partir dos dados disponibilizados no site da Bodega

Ao analisar a oferta dos alimentos comercializados na Bodega Xique-Xique ressalta-se a origem, a composição e a diversidade dos produtos disponíveis para a venda. Compreende-se a prioridade dada às matérias-primas provenientes de plantas, animais e cultivos derivados do bioma caatinga. Percebe-se o resgate de produtos imbuídos na alimentação dentro de uma perspectiva cultural e observa-se, também, a tentativa de inovação e *marketing*, mas utilizando novas misturas entre alimentos, novos nomes, mas as bases dos produtos estão ligadas a alimentação da maioria da população.

A XIQUE-XIQUE: OBSTÁCULOS E SUPERAÇÕES

Addor (s.d.), afirma que os principais obstáculos da economia solidária podem ser agrupados em quatro pontos: a estruturação da comercialização, a manutenção da consistência ideológica, a organização das políticas públicas de incentivo e a contribuição técnico-científica. Quanto a Xique-Xique, acrescentaremos mais um ponto, as dificuldades na etapa da produção e o acesso ao sistema de normas nacionais, como os selos de inspeção de produtos de origem animal.

Segundo a coordenadora da rede, a maior dificuldade enfrentada entre os produtores está ligada aos que produzem alimentos que precisam ser beneficiados e carecem de infraestrutura. Muitos agricultores beneficiavam polpa de fruta e também enfrentavam dificuldades, pois não possuíam a unidade de processamento, necessitando terceirizar essa atividade junto à outra cooperativa. No entanto, no primeiro semestre de 2021 foi inaugurada a casa de polpas da rede Xique-Xique, entregue pelo governo do estado, na comunidade de Mulunguzinho, zona rural do município de Mossoró. Parcerias com outras instituições, como a Fundação Banco do Brasil, por meio do projeto Mulheres em Rede e a ONU (Organização das Nações Unidas) Mulheres forneceram equipamentos de apoio à produção das polpas (Figura 2 e 3).

Figura 2 e 3. Casa de polpa entregue a rede Xique-Xique



Fonte: Rede social da rede Xique-Xique, 2021.

Com relação às normas impostas à produção e comercialização da Xique-Xique, em entrevista realizada, a coordenadora, que também é produtora de mel, relatou a necessidade de utilizar a casa de envasamento de mel de outro produtor da rede, pois este possui selos que autorizam o raio de comercialização dos produtos. O empreendedor possui tanto o SIM (Selo de Inspeção Municipal), e os produtos que recebem este selo podem circular dentro dos limites municipais em que foi produzido, quanto o SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de produtos de origem animal), que garante ao produto segurança jurídica e alimentar para que possa ser comercializado por todo o território nacional.

A entrevista explicou ainda, que é nas compras institucionais onde existem as maiores dificuldades a serem sanadas, pois se torna necessário ter uma unidade certificada e, quando não há essa certificação, torna-se necessária a parceria com outras cooperativas. Quando há contratos de parceria para vendas institucionais, como PENAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), são exigidas estruturas de processamento certificadas junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca).

Uma norma que a rede conseguiu obter é o OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica), legislação ligada ao MAPA. A OPAC constitui uma pessoa jurídica que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas em um chamado Sistema Participativo de Garantia (SPG), e estando credenciado junto ao ministério, o OPAC pode autorizar os fornecedores por ele controlados a utilizar o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Figura 4). Então, são avaliados, verificados e atestados produtos ou estabelecimentos produtores ou comerciais que atendam às exigências do regulamento da produção orgânica. O objetivo desse selo é facilitar ao consumidor identificar os produtos orgânicos que estão em conformidade com os regulamentos e normas técnicas da produção orgânica. O Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica deve estar na parte da frente do produto. Logo abaixo dele, deve haver a identificação de que o produto é avaliado por um SPG - Sistema Participativo de Garantia (MAPA, 2008).

A história da rede Xique-Xique antecede o reconhecimento institucional dos EES no Brasil e a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), mas com a criação de políticas públicas voltadas a agricultura familiar, a rede passa a acessá-las. Fundado em 2003, o órgão é responsável pela gestão e organização dos EES no território brasileiro e pela Política Nacional de Economia Solidária (PNES). No mesmo período é levantada pelo governo Federal uma agenda de preocupação e combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional no país. A convergência dessa agenda com outra agenda, a de desenvolvimento rural contribuiu para que o Brasil adotasse uma concepção abrangente de segurança alimentar e nutricional (IPEA, 2019).

Nesse contexto, foi criado ainda em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujos produtos da agricultura familiar são comprados, com dispensa de licitação e destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Figura 4 - Entrega dos certificados de produção orgânica a 12 produtores (as) do município de São Miguel/RN



Fonte: redes sociais da rede Xique-Xique, 2020.

Modificações relevantes foram realizadas no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), cuja lei 11.947, de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado aos estados e municípios devem ser utilizados na compra de alimentos advindos da agricultura familiar; e o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que fornece crédito e financiamentos aos agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAPS), legislação exigida para quem precisa ter acesso ao programa.

Quanto à relação da rede Xique-Xique e as políticas públicas no âmbito estadual, segundo a coordenadora da rede (2021), estas tem ocorrido atualmente de forma majoritária a partir de negociações com representantes de cooperativas. Em 2019 foi criada a (SEDRAF) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, em substituição a então Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária. No mesmo ano foi instituída a lei 10.536/19, que criou o PECAFES - Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária. A norma obriga o estado do Rio Grande do Norte a comprar pelo menos 30% de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar para suprir hospitais, restaurantes populares, presídios, entre outras instituições.

Conforme a coordenadora da rede, não existia diálogo entre a Xique-Xique e a instância de poder estadual, mas a partir do ano de 2020 passam a surgir várias propostas e ações destinadas a economia solidária, a exemplo da assistência técnica, com a realização de capacitação de projetos como o Mais Gestão, vinculado à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão (ANATER), que capacitou cooperados e agricultores familiares sobre a criação do Sistema de Informação Regional da Agricultura Familiar do Nordeste (SIRAF/RN), desenvolvido em parceria com a UERN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A criação da linha de crédito CREDMAIS, destinada a impulsionar agricultura familiar e solidária e a produção de alimentos saudáveis.

Entre 2019, com a implantação a linha de crédito, e 2021, foram investidos pelo governo estadual R\$ 1,06 milhão, acessados por 288 famílias em 32 municípios do estado, com vistas ao financiamento para custeio rural e investimentos e a aquisição de equipamentos. A compra institucional não cessou durante o período pandêmico (Figura 5) e atualmente o

governo do estado, o maior comprador dos alimentos da agricultura familiar, movimentou em 2018, cerca de R\$ 5 milhões desse mercado.

Outra política acessada pela RXX foi o recebimento de sementes a partir do programa Semente Crioulas distribuídas pelo governo estadual. O projeto ocorreu por meio de parceria entre o Governo e a UERN. A indicação do tipo de semente e as variedades são resultados de pesquisas desenvolvidas no departamento de Gestão Ambiental da universidade. O material distribuído são sementes com variedades produzidas pela agricultura familiar, compradas a oitenta famílias do estado e, pela primeira vez, a distribuição iniciará no ano anterior ao plantio. O cronograma de distribuição das sementes segue o ciclo do período chuvoso no estado e é considerado um avanço na segurança alimentar, na medida em que incentiva a produção saudável, sem agrotóxicos e de qualidade, além de apoiar a agricultura familiar (Figura 6).

Figura 5 e 6 - Entrega de cestas básicas às comunidades quilombolas de 21 municípios do RN e sementes crioulas distribuídas pelo programa PECAFES



Fonte: redes sociais da Rede Xique-Xique e da deputada Isolda Dantas, 2021.

Outro ponto levantado por Addor (s.d.), acerca dos principais obstáculos que envolvem os desafios da economia solidária nos territórios rurais do Brasil é a estruturação da comercialização. Quanto à Xique-Xique, um dos grandes desafios vivenciado diariamente pelos trabalhadores é a logística. O deslocamento dos produtos de suas áreas de produção e beneficiamento até os locais de comercialização são realizados nos equipamentos dos próprios agricultores, mas também nos chamados “carros de linha”, transportes informais que geralmente levam pessoas das zonas rurais para as cidades e para outros municípios.

Na medida em que a rede é composta por dezesseis núcleos/municípios, os agricultores que precisam enviar seus produtos para as feiras ou para a bodega em Mossoró nem sempre dispõe de transportes. Segundo a gestora Francisca, esse é um gargalo importante a superar. Os municípios de São Miguel do Gostoso e Mossoró, que possuem quase 200 km de distância, precisam fazer intercâmbios de produtos. O primeiro precisa mandar farinha e goma, e receber do segundo produtos como o feijão vermelho, mas existe dificuldade em transportar esses produtos, principalmente a goma que é um produto bastante perecível.

A AGROECOLOGIA E AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS: O NOVO E O VELHO NA DINÂMICA DO SEMIÁRIDO

A rede Xique-Xique já surge enquanto organização social a partir de uma perspectiva agroecológica, e deixa claro quando estipula o conceito enquanto um item da sua carta de princípios: “se tratando da produção agropecuária devem ser observados os princípios da agroecologia” e quando define sua missão institucional “Produzir, comercializar e fomentar a

articulação em rede na perspectiva da agroecologia, feminismo e da economia solidária através do comércio justo e da certificação participativa” (COORDENADORA DA REDE XIQUE-XIQUE, 2021).

A agroecologia, que foi concebida cientificamente como uma disciplina que estudava especificamente os agrossistemas, sofreu modificações e passou a aglutinar várias áreas do conhecimento. Schmitt (2010) explica que a disciplina constitui atualmente um campo de estudos que procura deter as formas degradantes e exploradoras da natureza e da sociedade através de ações sociais coletivas de caráter participativo na busca da implantação de sistemas de agriculturas alternativas potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. Constitui o manejo ecológico dos recursos naturais por meio de formas de ação coletiva e uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de um outro projeto de agricultura.

Segundo Paulino e Gomes (2020), o discurso agroecológico surge junto aos discursos contrários a Revolução Verde e ao processo de modernização agrícola. No Brasil, no início da década de 1980 as consequências ambientais desses modelos passaram a ser discutidas pela sociedade, acompanhando debates internacionais sobre os danos causados pelos agrotóxicos. As discussões expunham problemáticas, tais como:

A homogeneização e artificialização do ambiente e suas implicações ecológicas, como a perda da biodiversidade, substituição de variedades locais adaptadas por híbridos comerciais, inadequação tecnológica aos pequenos produtores, contaminação por agrotóxicos (agricultores, produtos agrícolas e meio ambiente) descontrole das pragas e doenças, degradação dos solos e dos recursos hídricos. Os impactos socioculturais são verificados através do intenso êxodo rural e consequente inchaço do meio urbano, da manutenção do padrão de distribuição da posse da terra, da precarização das relações trabalhistas, da desqualificação ideológica do conhecimento tradicional dos agricultores, do empobrecimento da população rural, da dependência tecnológica e de produtos externos à propriedade, entre outras (LUZZI, 2007, p. 13).

Em meio ao processo de reação aos problemas acima citados, surgiram vários movimentos sociais, dentre eles as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que sob forte repressão do regime militar estabeleceram entre as comunidades rurais, diálogos que versavam sobre as dificuldades impostas pela dinâmica das transformações no campo (LUZZI, 2007). Os espaços de gestação dos grupos que construíram a rede Xique-Xique, na mesorregião do Alto-oeste potiguar, sofreram influência desses movimentos sociais, o que ajudou na conscientização e surgimento de organizações sociais nas zonas rurais.

Assim, conforme a coordenadora da Xique-Xique (2021) existe uma identidade muito forte da rede com o sistema integrado de produção agroecológica. Segundo a EMBRAPA (2021), o sistema integrado constitui um manejo que prioriza a máxima reciclagem de nutrientes, a integração da produção animal com a vegetal e autossuficiência em nitrogênio, por meio de rotação e diversificação de culturas, com vistas à reciclagem e fixação de nitrogênio, à manutenção do equilíbrio nutricional das plantas e a evitar situações de estresse.

Os estudos desse sistema permitem indicar consórcios de hortaliças, adubação verde (rotação ou consórcio de hortaliças com leguminosas), compostos orgânicos, cultivares de hortaliças adaptadas ao manejo orgânico e controle biológico por conservação para o manejo de inimigos naturais de pragas.

A partir da fala da coordenadora da rede, compreendemos o modo sobre o qual os agricultores ligados a Xique-Xique buscam realizar suas práticas agroecológicas:

Nesse sistema é importante ter diversidade de produtos, onde o manejo, uma planta fortalece a outra, e também os recursos naturais, como a própria joaninha que come o purgão, então, tem esse controle biológico que a gente utiliza, tem os defensivos naturais como a própria urina de vaca, o nin e outras coisas que a gente utiliza. Como também essa história do sistema de produção, a abelha que faz a polinização, a galinha tem o esterco que vem para a horta, e os caprinos também. Além do reuso de água, que nossos agricultores procuram fazer também” (COORDENADORA DA REDE XIQUE-XIQUE, 2021).

Quanto às dificuldades que surgem a partir desta produção agroecológica, resgatamos outra questão proposta por Addor (s.d.), a consistência ideológica e a contribuição técnico-científica necessária à realização das atividades de um EES.

A rede Xique-Xique é composta por vários grupos sociais que mantêm cursos de formação, capacitação e discussão acerca das temáticas que compõem os princípios da Rede. No entanto, a coordenadora relata que há um o discurso ideológico que flui entre agricultores, no qual os produtos agroecológicos não possibilitam uma grande escala de produção. Soma-se a este fato as políticas, órgãos de assistência técnica e cursos acadêmicos, que majoritariamente estão voltados à prática do agronegócio, tornando difícil o auxílio aos agricultores que adotam a prática agroecológica. Os agricultores absorvem o discurso da Revolução Verde, e ter a consciência agroecológica permanente é desafiador. Na verdade, há uma alta demanda, principalmente do feijão orgânico, e isso se torna uma dificuldade. Então a rede tenta romper esse discurso predominante, “*É preciso viver o processo contínuo de formação*” (COORDENADORA DA REDE XIQUE-XIQUE, 2021).

Uma estratégia utilizada para colocar no mercado a produção que funciona sob as bases agroecológicas foi a construção de feiras livres específicas. Ou seja, houve a utilização, a reapropriação de uma forma antiga, tradicional, das trocas comerciais que compõem a cultura, a economia e os fluxos nordestinos dos produtores familiares que são as feiras.

A feira livre nordestina tem a função de ser o espaço de trocas regionais e locais. Enquanto conjunto de fixos e fluxos possui dinamicidade e por isso adquirem uma importância diferenciada na economia local. Dantas (2007, p. 97) pondera que “como instituição destinada às trocas comerciais, as feiras ainda mantêm suas funções no contexto da cidade. Só que, devido às desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil, esta função é particularmente importante para os pobres”.

As feiras agroecológicas não são uma invenção da rede Xique-Xique, sendo mais uma estratégia encontrada para conectar os produtos agroecológicos dos agricultores familiares aos seus consumidores. Segundo Azevedo e Nunes (2013), as feiras configuram a maior essência da economia solidária e, estão impulsionando e fortalecendo a produção, gerando renda para famílias produtoras e garantindo um mercado fixo para o agricultor familiar vender seus produtos. “As formas de comercialização em feiras de agricultura familiar têm o poder de agregar valor ao produto, já que impede a inserção de atravessadores para realizar a comercialização” (AZEVEDO e NUNES, 2013, p. 69). Dantas (2007) ao citar Felipe (1982), diz que a feira ainda é a forma de comércio onde a população pobre viabiliza o seu consumo. Uma questão enfatizada pela gestora da Rede Xique-Xique é que as feiras agroecológicas possuem um público constante, que constrói uma relação de fidelidade com as feiras e os produtos, além de acessarem a feira devido à conscientização quanto ao fato de estarem comprando alimentos saudáveis.

As feiras agroecológicas possuem uma dinâmica interessante, pois são instaladas nos espaços onde seus consumidores conseguem acessar os produtos com maior facilidade. Assim, nas cidades as feiras ocorrem em vários lugares. No município de Mossoró ocorre em condomínios residenciais, no campus do IFRN (Figura 7 e 8), e em um local fixo, que está localizado no centro da cidade. Além disso, as feiras também são instaladas em eventos como a Festa do Boi, que ocorre no município de Parnamirim/RN, no Centro Administrativo do

estado, localizado em Natal/RN e na mostra de Cinema do município de São Miguel do Gostoso/RN.

Foto 7 e 8 - Feiras da Xique-Xique dentro de condomínios em Mossoró e no IFRN – campus Mossoró



Fonte: Redes sociais da rede Xique-Xique (2019)

Conforme a fala da gestora da Rede Xique-Xique, o preço estipulado para venda dos produtos na feira agroecológica não está baseado no preço do mercado convencional local. Segundo ela, para estipulação dos preços é preciso haver reunião nos núcleos da rede. Assim, cada município propõe reuniões e o assunto é discutido entre os agricultores e agricultoras. Os preços são definidos pelo custo de produção (o quanto se gasta). Ou seja, não estão baseados nos produtos orgânicos disponibilizados nas prateleiras dos supermercados. Quanto aos custos de produção, estes oscilam, ora estão muito altos, ora estão baixos, mas a dinâmica de estipulação dos preços pela rede continua seguindo a mesma lógica, não sendo elaborada pelo aumento ou diminuição da demanda, e sim seguindo a concepção de preço justo adotada pelo grupo.

Assim, as feiras agroecológicas constituem uma realidade presente em vários territórios do espaço nordestino. Agrega elementos presentes na dinâmica das feiras tradicionais, ao mesmo tempo em que também cria novas lógicas espaciais, como a localização das mesmas próximas as residências da clientela. Com isso, a feira passa a “se mover” em direção ao seu consumidor. Outrossim, seguir cultivando e comercializando produtos em direção a perspectiva agroecológica constitui tarefa desafiadora e laboriosa, no âmbito de uma sociedade capitalista. As feiras são um meio e uma estratégia de comercialização dessa produção, que foge a lógica predominante das redes de hipermercados, ofertando à população a possibilidade de consumo de alimentos baseados na biodiversidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da operacionalização da pesquisa compreendemos a expressividade da presença da Rede Xique-Xique pelos municípios do Rio Grande do Norte e a importância da mesma, a partir de processos que foram se constituindo em materialidades, fluxos e ações. Este movimento tem beneficiado uma parcela expressiva de habitantes rurais, que mesmo existindo à margem de processos econômicos hegemônicos, historicamente respaldados pelo Estado, que produz ordens, normas e ações globais e locais, continuam resistindo e tem encontrado, por meio da coletividade, parcerias e diálogos, a possibilidade de continuarem sobrevivendo a partir de suas atividades agrícolas.

Além disso, os agentes que ligados à rede Xique-Xique adquirem a possibilidade de construir experiências concretas e visões de mundo que se ampliam para além do modelo de reprodução e acumulação dominante. Nesse contexto, inúmeras dificuldades encontradas por esses agentes foram especificadas no texto, e torna-se necessário ressaltar que a Rede não surgiu fomentada pelo Estado, mas foi criada em espaços de luta e enfrentamento a realidade da agricultura familiar. Então, mesmo sendo o maior EES do Rio Grande do Norte, a rede enfrenta problemas compartilhados pelas demais redes existentes no território nacional.

Mesmo assim, o crescimento paulatino da Xique-Xique expressa, pela numerosa quantidade de associados, produtores, pontos de venda e consumidores de diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte, a existência de uma estruturação importante, que tem sido fortalecida de modo horizontal, com a presença de movimentos sociais, que privilegiam a prática das atividades agroecológicas e o protagonismo feminino, quando esse discurso ainda é restrito a uma parcela pequena da sociedade brasileira.

No contexto da região semiárida potiguar, marcada historicamente pela concentração de terras, pelos latifúndios, pela marginalização da agricultura de subsistência, dos agricultores familiares e, na atualidade, pela racionalidade da agricultura científica em subespaços agrícolas do território potiguar, com o uso intensivo dos agrotóxicos, a existência da rede é considerada relevante ao desenvolvimento territorial potiguar.

Criar espaços de discussão, formação, capacitação específicos sobre temas como a agroecologia e a preservação das características físicas e culturais do bioma caatinga, possibilita que os habitantes que vivem e sobrevivem nesses subespaços não desistam dele, além de possibilitar que criem renda e possam pôr em prática suas estratégias a partir de tecnologias viáveis se faz importante.

Ab'Saber (1999) afirma que é uma falácia querer ensinar o nordestino a conviver com a seca. As centenárias culturas populares os fazem saber utilizar os recursos naturais de maneira sustentada. Com a existência da Rede são incentivadas a utilização dos adubos, fertilizantes naturais, práticas de uso integrado entre as atividades desenvolvidas e o ambiente, sendo cultivados, beneficiados e comercializados produtos originários do próprio bioma, priorizando a diversidade dos mesmos e a acessibilidade desses alimentos às populações por meio dos preços justos e dos mercados das feiras.

Assim, podemos dizer que a territorialização da rede Xique-Xique no semiárido potiguar é um elemento dinamizador e socialmente viável para a região semiárida. Trata-se de uma problemática complexa, que deve ser aprofundada, pois ainda possui inúmeros aspectos passíveis de problematizações e observações, principalmente no campo dos estudos geográficos.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F. **Desafios da Economia Solidária no Brasil:** uma sistematização da literatura existente. Princípios da Economia solidária: Núcleo de Solidariedade Técnica– SOLTEC/UFRJ [s.d.]. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos>. Acesso em: 03 fev. 2021.

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos avançados**. v. 13. N. 36. 1999.

ALMEIDA, Suenia Cibeli Ramos. O legado da concentração de terra no Brasil e seus efeitos sobre a soberania alimentar: o caso da produção de sementes crioulas do MPA. **Revista Nera**. V. 23.N. 55. pp. 63-90. Set/Dez, 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**/ Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

AZEVEDO, Melina Dantas de; NUNES, Emanuel Marcio. As feiras da agricultura familiar: um estudo da rede Xique-Xique nos territórios Açú-Mossoró e o sertão do Apodi (RN). **Geotemas**. Pau dos Ferros. V. 3. N. 2. Jul. dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. II Conferência Nacional de Economia Solidária. **Documento Base**. Brasília: Senaes/ MTE, 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2013.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feira livre de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960/2006). **Dissertação** (mestrado em geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

DANTAS, Isolda. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária. **Agriculturas**. V. 2. N. 3. Out 2005.

DINIZ, Clélio Campolina. **Global-Local: Interdependências e Desigualdade ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Integrado de Produção Agroecológica – SIPA**. Embrapa agrobiologia, 2021. Acesso em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/89/sistema-integrado-de-producao-agroecologica---sipa>. Disponível em: 10 ago, 2021.

FELIX, Silveira Felipe. Economia solidária e círculos de cooperação: uma análise da rede Xique-Xique de comercialização solidária. 2019. 113f. **Monografia** – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

GAIGER, L. I., & KUYVEN, P. S. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade e Estado**. 34(03). 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Brasília/Rio de Janeiro, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agro 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em 01 ago. 2021.

LIMA, Fernanda Laise. Território, técnica e agricultura no Rio Grande do Norte. 2016. 201 f. **Dissertação** – Mestrado em dinâmica e reestruturação do território. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

LOCATEL, Celso. Tecnicificação dos territórios rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. V. 16 , N. 418. Barcelona, 2012.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir dos diferentes atores sociais. 2007. 182f. **Tese** (doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
PAULINO, Jonatta Sousa; GOMES, Ramonildes Alves. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. **Revista Sociedade e Estado**. V. 35. N. 1, Jan/Abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/g4xJ8C3rqzcZKJbg_M3fSWnz/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. Territórios rurais e desenvolvimento no Rio Grande do Norte: política e planejamento. 2016. 293f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SCHMITT, Claudia Job. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Mercado de Trabalho**. N. 42. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4050/1/bmt_42_08_Eco_02_convergencias.pdf. Acesso em 7 fev. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.